

**AVALIAÇÃO DE EXPERIÊNCIAS  
COMUNITARIAS NO PARANÁ  
Relatório nº 3**

**CONVÊNIO  
INTERAMERICAN FOUNDATION - IAF**

**CURITIBA  
DEZEMBRO/1987**

04/87

159a

IPARDES - FUNDAÇÃO EDISON VIEIRA.

Avaliação de experiências comunitárias no  
Paraná: relatório nº 3. Curitiba, 1987.  
25p.

Convênio Interamerican Foundation/IPARDES.

1. Política social-Paraná. 2. Ação comunitária-Paraná. I. Título.

CDU 304:301.185(816.2)

#### **IPARDES-FUNDAÇÃO EDISON VIEIRA**

**CARLOS ARTUR KRÜGER PASSOS - Diretor-Presidente**

**NEI CELSO FATUCH - Secretário Geral**

**CARLOS MANUEL V.A. SANTOS - Coordenador de Pesquisa**

**ZÉLIA HILLSD PAVKO - Coordenadora do Centro Estadual de Estatística**

**EUCLIDES MARCHI - Coordenador do Centro de Treinamento para o Desenvolvimento**

#### **EQUIPE TÉCNICA**

**Claudemir G. Liberal (acadêmica de economia), Darli Machado Sant'Ana (socióloga),  
Luciene Pazinato da Silva (acadêmica de sociologia), Maria José Rosseti (socióloga),  
Rosângela Digiovanni (antropóloga), Sandra Jacqueline Stoll (antropóloga) - coordenadora**

#### **APOIO TÉCNICO OPERACIONAL**

**Luiza de Fátima Pilatti Lourenço (normalização bibliográfica)**

**Letícia T.C. Konarski (editoração), Maria Cristina Ferreira (revisão), Léia Rachel  
Castellar Oliveira (digitação e processamento de texto), Edson Luiz Rigoni (reprografia)**

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	iv
1 AS EXPERIÊNCIAS COMUNITARIAS NA LITERATURA:	
CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES.....	1
2 PESQUISA DE CAMPO; PROCEDIMENTOS.....	16
3 CRONOGRAMA DE ATIVIDADES.....	24
NOTAS DE REFERÊNCIA.....	25

## APRESENTAÇÃO

O presente relatório pretende introduzir a discussão metodológica do projeto Avaliação de Experiências Comunitárias, concentrando-se na explicitação do tipo de avaliação a ser realizada e da conduta a ser assumida com relação à pesquisa de campo.

Para tanto, realiza-se no primeiro item um mapeamento preliminar da literatura referente às experiências comunitárias de trabalho desenvolvidas por segmento de baixa renda da população ou por iniciativa do poder público, além de considerações quanto a alguns textos que tratam de políticas sociais e de emprego. No segundo item, apresentam-se os casos a serem pesquisados, as técnicas de investigação a serem utilizadas e os tópicos que deverão compor o questionário e roteiro de entrevistas. Um cronograma das próximas etapas de trabalho é apresentado no item 3.

## 1 AS EXPERIÊNCIAS COMUNITÁRIAS NA LITERATURA; CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

A configuração de uma situação conjuntural de crise e desemprego aberto estimulou no Paraná, no início dos anos 80, a proliferação de iniciativas comunitárias de trabalho de diversos tipos, envolvendo os mais variados segmentos sociais. Dentre essas iniciativas é possível destacar, de um lado, atividades de produção, comercialização de bens e/ou prestação de serviços organizadas por pequenos produtores rurais, micro-empresários e trabalhadores autônomos; de outro, empreendimentos comunitários - que contam em larga medida com a participação do Estado - destinados à geração de ocupação, renda e/ou suplementação alimentar a setores de baixa renda da população, especialmente bóias-frias e trabalhadores da construção civil e do setor de prestação de serviços. Esses últimos constituem o objeto de investigação do projeto Avaliação de Experiências Comunitárias, que, através de estudos de caso, pretende avaliar os resultados produzidos por atividades comunitárias que se apresentam, simultaneamente, como alternativa de sobrevivência e instrumento de promoção da "participação" e "organização" popular.

Apesar da rápida disseminação desse tipo de atividade comunitária por todo o Paraná, especialmente entre 1984-86,\* as informações disponíveis são escassas. Algumas dessas atividades já foram desativadas, outras apresentam sinais de esgotamento enquanto algumas apenas começam a se organizar. No entanto, uma avaliação mais criteriosa de seu desempenho, dos problemas enfrentados e das relações sociais e de trabalho que consolidam não foi ainda realizada.

A maioria dos trabalhos existentes constitui esforços isolados de avaliação de experiências específicas. Alguns deles, realizados por entidades que assessoram movimentos populares, visam particularmente ao registro e divulgação do processo de luta empreendido por determinados grupos ou movimentos de trabalhadores por melhores condições de vida, pela terra, etc. Como são textos que, de modo geral, pretendem o resgate e reconstrução da história de certos movimentos populares, apresentam informações detalhadas a respeito do processo de constituição, organização e luta conduzido por esses movimentos ou grupos, bem como sobre algumas atividades comunitárias por eles desenvolvidas. Entretanto, o tipo de avaliação que realizam difere radicalmente daquela aqui pretendida, uma vez que a preocupação básica desses trabalhos consiste em dimensionar as "conquistas" e "avanços" obtidos, a curto e médio prazos, por esses grupos e movimentos no contex-

\*Nesse período, além da Igreja, outras instituições, sobretudo o Estado, investiram na organização e apoio às associações comunitárias de trabalho e produção.

to de um processo mais amplo de luta e resistência política.\* Outros trabalhos objetivam avaliar experiências particulares conduzidas por iniciativa de administrações municipais, tendo em vista a promoção da "participação" popular na gestão administrativa e a busca de alternativas econômicas para contornar uma situação conjuntural de crise. Exemplares nesse sentido são os trabalhos de Márcio Moreira Alves<sup>1</sup> e Herbert de Souza,<sup>2</sup> que tornaram nacionalmente conhecidas as experiências de Lajes (SC) e Boa Esperança (ES), visando promover a discussão sobre modelos "alternativos" de administração municipal, nos quais as "atividades comunitárias" (políticas e econômicas) se destacam como símbolo de uma "nova" forma de administrar e de conduzir a proposta de democratização da sociedade. O poder local, visto como propulsor de "novas" práticas administrativas constitui, portanto, o objeto de investigação desses trabalhos. E, embora algumas das questões levantadas sejam de interesse deste projeto, a perspectiva de análise adotada é de avaliação da ação estatal, enquanto o que se pretende avaliar é o desempenho de algumas atividades comunitárias que foram estimuladas em grande parte por esse tipo de prática governamental.

Na mesma perspectiva de análise desses textos se colocam os trabalhos que se propõem a avaliar o desempenho do "planejamento participativo" enquanto instrumento propulsor da democratização das relações entre Estado e Sociedade. Estes, contudo, não analisam experiências pontuais. Seu objeto de

\*A revista *Proposta*, publicação da Federação de órgãos para Assistência Social e Educacional - FASE, que trata de experiências em educação popular, constitui um bom exemplo dessa literatura. A título de exemplo, ver o artigo *MUTIRÕES e cantinas comunitárias*. *Proposta*, Rio de Janeiro, 12(34):21-5, jun.1987.



reflexão não é o município, nem o conjunto de práticas governamentais de uma administração local, mas um determinado tipo de ação estatal na área de planejamento.\* De modo geral, a discussão a esse respeito tem se polarizado, de um lado, entre aqueles que atribuem ao "planejamento participativo" o papel de instrumento de transformação das relações de poder na sociedade, apesar dos limites que lhe são impostos pelo autoritarismo, corporativismo, clientelismo [e] favorecimento, [que] são herança de um passado hoje incorporado ao cotidiano da sociedade,<sup>3</sup> e, de outro, por aqueles que enfatizam o uso da prática participativa como instrumento de cooptação política, tendo em vista a legitimação do Estado.\*\* No entanto, essa discussão, apesar de relevante, distancia-se da proposta de investigação deste projeto, uma vez que seu objeto de reflexão é a ação governamental e não a prática "comunitária" e/ou "participativa" daqueles que, através da instituição de um determinado instrumento administrativo (o "planejamento participativo"), tiveram legitimada sua condição de interlocutores do Estado.

O único trabalho que reúne essas duas formas de abordagem - análise de experiências específicas combinada com uma discussão que qualifica a ação do Estado - foi realizado pela Fundação João Pinheiro<sup>4</sup>. Esse trabalho, objetivando apreender as relações construídas entre o Estado e organizações econômicas populares surgidas no contexto do setor

\*A Revista de Administração Municipal, publicada pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal - IBAM -, reúne uma série de artigos sobre o assunto, escritos, de modo geral, por técnicos da área de planejamento.

\*\*Exemplo de trabalho nessa linha é o de Horácio Martins de CARVALHO. A ideologia do planejamento participativo. Cadernos do CEAS, Salvador, (108):33-8, mar./abr. 1987. Enfoque semelhante é apresentado num trabalho de caráter mais exaustivo realizado por Maria da Glória GOMM. A força da periferia: a luta das mulheres por creches em São Paulo. Petrópolis, Vozes, 1985. 187p. Neste último, as políticas participativas aparecem analisadas no contexto das relações estabelecidas entre os movimentos sociais e o Estado nos últimos anos.

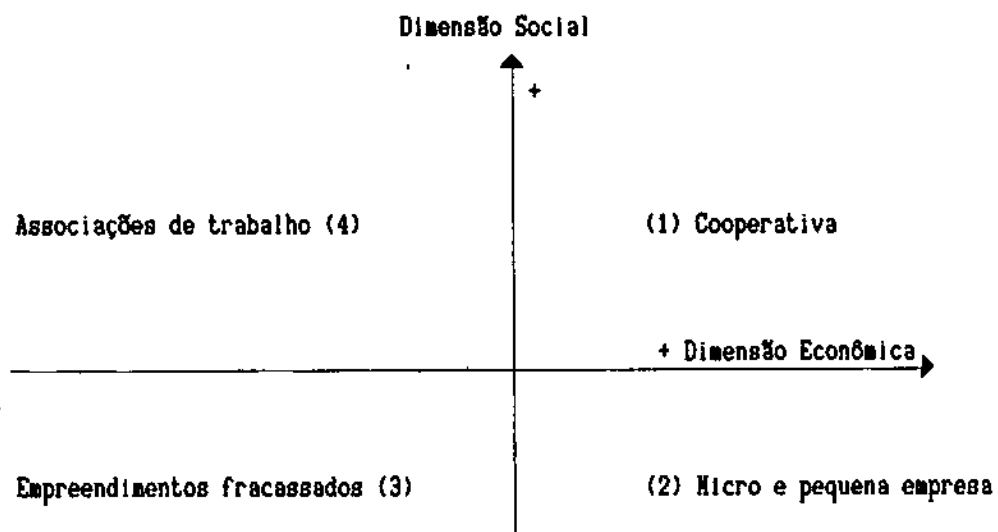
informal,<sup>3</sup> reconstitui o momento de emergência da preocupação do Estado com esse setor da economia - meados dos anos 70 - e analisa a ação empreendida por algumas "burocracias estaduais" (Pernambuco, Minas Gerais e Paraná), tendo em vista o incentivo e apoio à "economia dos pequenos". A principal preocupação desse trabalho consiste em identificar e analisar as estratégias e instrumentos de ação ("arranjos institucionais") utilizados por algumas agências governamentais na implementação de programas de apoio a "formas associativas de produção", com vistas à criação e/ou consolidação de postos de trabalho e geração de renda.<sup>4</sup> Outra pretensão consiste na discussão dos pressupostos teóricos que orientam esse tipo de ação institucional. A investigação empírica de algumas "organizações econômicas populares" apoiadas pelo Estado assume, nesse contexto, o caráter de ilustração do desempenho governamental: o que se enfatiza na avaliação das "organizações econômicas" investigadas são os constrangimentos legais e burocráticos-fiscais impostos à consolidação da ação governamental voltada ao incentivo dessas "organizações".

Nesse sentido, o trabalho realizado pela Fundação João Pinheiro também se distancia da pesquisa que se pretende realizar tanto pelo recorte que faz do objeto, quanto pela forma de abordagem do tema. O universo de pesquisa da Fundação João Pinheiro tem por referente a ação do Estado: o que se analisa são programas governamentais específicos, a ação institucional do Estado e o desempenho de algumas "atividades associativas" incentivadas por "burocracias estaduais".

O projeto Avaliação de Experiências Comunitárias se coloca noutra perspectiva, uma vez que a ação do Estado não

constitui o objeto e referente da análise, mas um recorte do universo a ser pesquisado - experiências comunitárias de trabalho e suplementação alimentar que mantêm diferentes tipos de vínculo institucional (com o Estado, igrejas, sindicatos, associações, etc.).

Essa diferença de perspectiva de análise dos dois trabalhos se reflete também na forma de condução do processo avaliativo. A Fundação João Pinheiro trabalha com uma noção de associativismo suficientemente ampla para abarcar diferentes formas coletivas de organização da produção (cooperativas, pequenas e microempresas, associações de trabalho, etc.), as quais se encontram classificadas em tipos-ideais segundo um modelo que as hierarquiza, quanto a seu desempenho, a partir de duas dimensões: a dimensão social - ou de desenvolvimento comunitário - e a dimensão econômica.<sup>7</sup> Graficamente esse modelo se encontra representado da seguinte forma:



FONTE: FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Associações populares e agências governamentais: as relações do Estado com a economia dos pequenos. Belo Horizonte, 1986. p.203.

Pautada nesse modelo, a Fundação João Pinheiro ilustra, através dos estudos de caso, quatro possíveis trajetórias percorridas pelos empreendimentos investigados:

- a) organizações econômicas que conseguiram um "saldo equilibrado" entre as dimensões econômica e associativa (caso das cooperativas);
- b) organizações econômicas que se distanciaram do ideal associativista inicial tendendo, porém, à consolidação em termos econômicos (pequenas e microempresas);
- c) organizações econômicas que não produziram resultados positivos do ponto de vista econômico, nem associativo;
- d) organizações que não superaram dificuldades de ordem econômica, ainda que tenham apresentado ganhos a nível associativo (organizações gerenciadas por associações de trabalho, de moradores, etc.).

É interessante observar que a própria hierarquização da trajetória das "organizações econômicas" anteriormente descrita explicita os parâmetros de avaliação adotados: o "sucesso" ou "fracasso" relativo das "organizações econômicas" pesquisadas aparece mensurado particularmente em função de dois indicadores - resultados econômicos produzidos ("dimensão econômica") e relações consolidadas entre os participantes ("dimensão social ou de desenvolvimento comunitário"). Portanto, aos indicadores econômicos se associam indicadores que visam identificar as relações construídas (cooperação, solidariedade e companheirismo) entre os participantes das ativid-

des pesquisadas e a importância que estes atribuem ao trabalho de caráter associativo. De modo geral, com relação a esse último aspecto, são critérios psicossociais ("nível de consciência", "grau de verbalização", "estágio de crescimento ou de amadurecimento do grupo", etc.) os utilizados como instrumento de avaliação.

Este projeto não pretende formular, como contrapartida, uma noção de "comunidade" que viabilize a classificação e hierarquização das experiências a serem estudadas em função de modelos preestabelecidos. O "comunitário" enquanto categoria e objeto de investigação deverá ser apreendido através da elaboração que dele fazem os participantes diretos das experiências a serem pesquisadas, bem como pela investigação e observação de como este se manifesta no cotidiano das mesmas. O que se pretende avaliar, além do desempenho e viabilidade econômica das experiências, são as possíveis formas de expressão do "comunitário" na organização do sistema de trabalho e produção e nas relações que se estabelecem entre os participantes, bem como averiguar a importância dos vínculos institucionais estabelecidos. Para isso, é necessário que se investigue se e como esse tipo de atividade ("comunitária") se diferencia, quanto à forma de organização da produção e relações de trabalho estabelecidas, de outros segmentos do chamado "setor informal", atentando-se para as especificidades que possam apresentar no tocante à forma de recrutamento dos participantes, ao seu perfil social e econômico, ao modo como organizam as atividades e à forma de inserção no mercado e à remuneração que essas atividades propiciam, etc. Considerando ainda a diversidade de

laços institucionais estabelecidos pelas experiências em questão, é interessante investigar se ocorre diferenciação quanto a esses mesmos aspectos em função do tipo de entidades ou órgãos governamentais aos quais as experiências a serem pesquisadas se encontram atreladas.

Uma vez que a maioria dessas experiências tem sido objeto de ação governamental,\* considerou-se também oportuna a consulta à literatura que trata da avaliação de políticas sociais.

De modo geral, a produção teórica nesse campo se concentra na análise da eficiência e eficácia da ação governamental em áreas típicas de intervenção social: educação, previdência e assistência social, habitação, transporte e saneamento.\*\* A medida que constituem áreas "tradicionais" de ação governamental, é possível, a partir de fontes secundárias, historiar a atuação do Estado por área de intervenção ou para o conjunto da "área social", assim como avaliar a progressão dos recursos que lhe são destinados, ou acompanhar o processo de implementação de certos programas; também é possível dimensionar o descompasso existente entre a oferta e demanda por certos serviços, avaliar os efeitos produzidos por determinado

\*Referência ao contexto econômico e político que promoveu a inserção desse tipo de atividade como objeto da campanha eleitoral e programa de governo é apresentado em: IPARDES-FUNDAÇÃO EDISON VIEIRA. Avaliação de experiências comunitárias no Paraná: relatório n.1. Curitiba, 1987. 2v.

\*\*Apenas para citar alguns textos que fazem um mapeamento da discussão sobre o tema, vale lembrar: DRAIBE, Sonia Miriam. O padrão brasileiro de proteção social: desafios a democratização. Análise Conjuntural, Curitiba, 8(2):13-9, fev.1986; TEIXEIRA, Sônia Maria Fleuri. Modalidades de transição e padrões de incorporação das demandas sociais. Campos do Jordão, 1986. Trabalho apresentado na 10a Reunião Anual da ANPOCS, Campos do Jordão, 1986; FAGNANI, Eduardo & SILVA, Pedro Luis Barros. Dilemas do reordenamento da política social na transição democrática. Águas de São Pedro, 1985. Trabalho apresentado na 9ª Reunião Anual da ANPOCS, Águas de São Pedro, 1985; ABRANCHES, Sérgio. Seminário sobre metodologias de avaliação de programas sociais: relatório de conclusões. Brasília, 1985. Mimeografado; FIGUEIREDO, Marcus F. & FIGUEIREDO, Angelina Maria C. Avaliação de política e avaliação de políticas: um quadro de referência teórica. São Paulo, IDESP, 1986.

programa sobre as condições de vida de uma população espacial ou socialmente determinada, etc.

Na literatura, essa variada gama de dados aparece articulada segundo o tipo de avaliação pretendida, destacando-se como mais recorrentes:

- a) trabalhos que se propõem a averiguar os resultados produzidos por programas ou políticas governamentais específicas, basicamente em termos da relação custo/benefício;
- b) trabalhos que se preocupam em analisar o desempenho dos órgãos governamentais envolvidos em determinados programas ou políticas sociais, tendo em vista a identificação de problemas e dificuldades enfrentadas no processo de sua implementação e gestão; esse tipo de avaliação se realiza tanto a posteriori como a título de acompanhamento, para que sejam promovidos os ajustes tidos como necessários;
- c) estudos que se preocupam em avaliar os impactos econômicos, políticos e/ou sociais produzidos, a curto e médio prazos, por determinado programa ou política social; nesse caso, o processo de avaliação se realiza em dois momentos - antes e um certo tempo depois de implantado o programa ou política governamental em questão -, tendo em vista a mensuração de mudanças ocorridas nas condições de vida de sua população-alvo.

A avaliação de impacto constitui o único tipo de pesquisa nessa área que inclui como objeto de investigação a

apropriação, pela população, dos benefícios produzidos por determinado programa ou política governamental. Porém, ao contrário deste projeto, não constitui sua preocupação investigar a avaliação feita pela população dos resultados produzidos por determinado programa ou ação governamental.

Nesse sentido, em função da própria diversidade de perspectiva de análise adotada, os trabalhos mencionados pouco contribuem para o processo avaliativo que se pretende realizar. Além disso, é importante lembrar que as experiências comunitárias a serem investigadas por este projeto apresentam especificidades que escapam ao referente de reflexão daqueles trabalhos, uma vez que não se enquadram nas áreas típicas de intervenção social, nem têm o estatuto de objeto de política permanente. A maioria dessas experiências foi incentivada e/ou apoiada pelo Estado (ou por outras instituições) em caráter emergencial, sobretudo com a finalidade de contornar uma situação de crise e desemprego aberto.\* No entanto, como a questão do emprego tem sido incorporada apenas conjunturalmente ao âmbito das políticas sociais (períodos de crise, desemprego, perda temporária ou permanente de renda em razão de secas, geadas, enchentes, etc.), isso se reflete na literatura em análise, que, de modo geral, não se ocupa desse tipo de questão, nem de programas emergenciais.

Mesmo a literatura relativa a políticas de emprego não tem tratado exaustivamente de programas emergenciais. A maioria dos trabalhos mais recentes sobre o tema foi elaborada sob o impacto dos elevados índices de desemprego registrados

\*Ver IPARDES-FUNDAÇÃO ÉDISON VIEIRA. Avaliação de Experiências...



sobretudo nas regiões metropolitanas do País no início dos anos 80. E, por serem contemporâneos à própria crise, raramente são de caráter avaliativo.\* De modo geral, pautadas no pressuposto de que a questão do emprego constitui variável dependente exclusivamente do desempenho da economia como um todo, limitam-se a apresentar um diagnóstico dos efeitos da crise econômica sobre o comportamento do mercado de trabalho. E, como solução de médio de longo prazos, reivindicam mudanças na orientação da política econômica então vigente, ao mesmo tempo que sugerem ao Estado a adoção de medidas de pequeno impacto (compensatórias e/ou emergenciais) voltadas à geração imediata de emprego.\*\* Dentre estas últimas, destacam-se as propostas de incentivo à implementação, pelos governos estaduais e municipais, de projetos baseados na organização comunitária da sociedade (hortas coletivas, construção de habitações populares, reforma de prédios escolares, extensão das redes de saneamento básico pelo sistema de mutirão, etc.).<sup>9</sup>

Esses projetos, segundo os autores, poderiam ser viabilizados através da reorientação dos gastos públicos no que diz respeito à política de compra de bens e serviços e de construção de obras públicas. Como proposta sobressai a sugestão de contratação pelo Estado de trabalhadores autônomos produtores

\*Exceção seja feita, no entanto, ao trabalho de Jorge JATOBÁ. Empregos de emergência: a política de emprego e o curto prazo. In: SALM, Cláudio; SILVA, Luiz C.; CAMARGO, L. F. de Brasil. Política econômica e política de emprego. Rio de Janeiro, Instituto Ewaldo Lodi, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 1982. p.91-106, que propõe como critérios para se avaliar a eficiência da ação emergencial do governo: a agilidade da política quanto aos efeitos produzidos e o valor social do produto gerado. Já o trabalho de Paulo de Tarso PAIVA. As soluções propostas para solucionar a crise de emprego. Angra dos Reis, 1984. Trabalho apresentado ao 5<sup>o</sup> Simpósio Internacional Desemprego: Como Combatê-lo? Angra dos Reis, 13-16 set.1984, se preocupa em apontar os limites das alternativas adotadas para solucionar o problema do emprego, sem contudo analisar experiências concretas específicas.

\*\*O seguro-desemprego - uma das poucas políticas de emprego que parece assumir um caráter mais permanente, embora atenda à parcela dos trabalhadores com carteira assinada - não existia na época, sendo hoje aplicado com elevada ineficiência.

de bens e/ou prestadores de serviços, organizados em cooperativas ou microunidades de produção.\*

As experiências comunitárias a serem investigadas resultam de sugestões desse tipo. Entretanto, como já mencionado anteriormente, não foram ainda objeto de avaliação.

Este projeto pretende realizar um esforço nesse sentido através da elaboração de um estudo comparativo envolvendo dez experiências comunitárias de trabalho e suplementação alimentar desenvolvidas no Paraná por segmentos de baixa renda. A partir dos estudos de caso, poder-se-á, de um lado, captar as especificidades que caracterizam as atividades "comunitárias" e, de outro, ilustrar processos mais gerais que permeiam a totalidade do universo a ser pesquisado.

A opção por essa perspectiva de análise impõe ao projeto certos limites, uma vez que não será possível abarcar o conjunto de experiências comunitárias desenvolvidas no Paraná entre 1984-86 junto à população de baixa renda e dimensionar os resultados produzidos por elas do ponto de vista governamental e/ou institucional. A essas limitações somam-se outras, como a inexistência de certos dados estatísticos. Não se dispõe no Paraná de dados desagregados por região sobre os índices de desemprego verificados no período considerado (1983-86), tampouco se tem informação sobre o desempenho do chamado mercado "informal" de trabalho, seja para o Estado como um todo, seja por região.\* Assim, fica inviabilizada a

\*As fontes dos dados existente PNAD e RAIS só permitem uma análise do mercado de trabalho urbano. No entanto, mesmo este não tem sido totalmente coberto: a pesquisa mensal de emprego do IBGE, por exemplo, não é realizada na Região Metropolitana de Curitiba - RMC. Uma análise sobre o desempenho dos setores secundário e terciário no meio urbano no Paraná nos anos 80 é apresentado em IPARDES-FUNDAÇÃO EDISON VIEIRA. Dinâmica do mercado de trabalho urbano no Paraná na década de 80. Curitiba, 1986. 70p.

possibilidade de se dimensionar o impacto produzido pelas "experiências comunitárias" sobre a oferta de trabalho na época, tanto a nível regional quanto estadual. Por outro lado, também não será possível comparar os resultados produzidos regionalmente por essas experiências. Além disso, pela inexistência de dados, não há como se contrapor os resultados produzidos pelas "experiências comunitárias" àqueles produzidos por outras alternativas adotadas, tanto pelo Estado como por outras entidades e/ou instituições. Finalmente, a própria ausência de um processo de acompanhamento e registro padronizado e sistemático sobre as experiências em questão dificulta a realização de uma avaliação do seu desempenho conjunto no Estado.

Portanto, para empreender a avaliação dos casos a serem empiricamente investigados, deverão ser utilizados basicamente dados obtidos junto às próprias experiências. Dentre aqueles de caráter quantitativo, destacam-se os relativos à dimensão econômica da atividade: recursos recebidos, investimentos feitos, volume de produção, remuneração auferida, número e tipo de participantes recrutados, índice de rotatividade, participação da renda obtida através do trabalho em experiências comunitárias no contexto do orçamento familiar, condições de auto-financiamento dos empreendimentos pesquisados, etc. Por sua vez, os dados de caráter qualitativo servirão para qualificar as relações estabelecidas entre participantes de experiências comunitárias e para resgatar a avaliação que eles fazem desses empreendimentos. Para tanto, serão investigadas as relações de trabalho estabelecidas e seus possíveis desdo-

bramentos extra-trabalho, a importância atribuída à participação neste tipo de empreendimento, as expectativas que mantêm com relação a essa atividade, o significado atribuído a certos componentes da trajetória dessas experiências, como mudança no número e perfil dos participantes, diversificação e/ou mudança de atividade, etc. Ou seja, para se avaliar o desempenho dessas experiências, serão utilizados critérios qualitativos e quantitativos, visando realçar as relações construídas entre os participantes, a especificidade dessas experiências e a avaliação por parte dos envolvidos.

## 2 PESQUISA DE CAMPO: PROCEDIMENTOS

Para investigar os resultados produzidos pelas experiências comunitárias de trabalho e suplementação alimentar no Paraná, bem como as manifestações do "comunitário" no cotidiano das atividades desenvolvidas e a avaliação que delas fazem seus participantes, este projeto se propõe a realizar um estudo comparativo envolvendo dez casos.

Apesar de numericamente restrita, pretende-se que a amostra das experiências selecionadas retrate a diversidade e heterogeneidade que caracteriza o universo a ser pesquisado no que se refere à concentração regional dos empreendimentos, às atividades desenvolvidas, ao perfil dos participantes recrutados, aos vínculos institucionais estabelecidos, etc. Em trabalho anterior,\* as experiências foram discriminadas em três tipos segundo o vínculo mantido com o Estado e outras instituições, grupos, movimentos, etc:

- a) experiências instituídas pelo Estado;
- b) experiências organizadas por grupos movimentos e entidades diversas que contam com a participação governamental;
- c) experiências instituídas por grupos, movimentos e entidades diversas que se desenvolvem à margem da ação governamental.

\*Ver IPARDES-FUNDAÇÃO ÉOISON VIEIRA. Avaliação de experiências...

A adoção desse critério classificatório responde à intenção de verificar se existe correlação entre o vínculo institucional mantido pelas experiências e a forma de organização da produção e das relações de trabalho e o desempenho das experiências a serem pesquisadas. Isto é, o estudo comparativo envolvendo os três tipos de experiências anteriormente mencionadas possibilitará verificar se vínculos institucionais diferenciados resultam em diversidade no que se refere à forma de organização do trabalho e da produção, de recrutamento dos participantes, de inserção no mercado, de remuneração auferida, das relações que se estabelecem entre os envolvidos, etc. Por outro lado, uma vez que a maioria das experiências em questão foi incorporada à esfera de ação social do Estado, cabe também demarcar se a ausência de participação governamental impõe variações com relação a esses mesmos aspectos. E, caso isso se verifique, pretende-se investigar como essa diferença se reflete na avaliação das experiências realizada pelos participantes.

Para tanto, definiu-se como amostra de pesquisa o estudo de sete experiências que contam com a participação do Estado\* e três que não apresentam vínculo com organismos governamentais. Os tipos de atividades escolhidas, bem como a localização das experiências obedecem aos critérios de recorrência e especificidade das atividades desenvolvidas, concentração regional, tipo de participantes envolvidos, vínculos institucionais estabelecidos, etc.

\*A priori, não é possível discriminar as experiências que foram instituídas pelo Estado daquelas que apenas contam com sua participação.

Em termos de distribuição geográfica, os casos a serem pesquisados se apresentam da seguinte maneira: as experiências comunitárias desenvolvidas à margem da ação governamental deverão compor um caso em cada uma das regiões onde se concentram (regiões Norte, Oeste/Sudoeste e Região Metropolitana de Curitiba), enquanto aquelas instituídas pelo Estado ou que contam com sua participação deverão incluir na amostra, além dessas regiões, a região Leste. Assim, dentre as experiências preliminarmente selecionadas, decidiu-se pela realização dos seguintes estudos de caso:

REGIÃO	MUNICÍPIO	EXPERIÊNCIAS COM PARTICIPAÇÃO DO ESTADO	EXPERIÊNCIAS SEM A PARTICIPAÇÃO DO ESTADO
Norte	Ribeirão do Pinhal	Sítio Comunitário (Igreja/SETA)*	
	Ibaiti	Vaca mecânica/horta produtos caseiros e confecção de acolchoado (SETA)	
	Sarandi		Produção de doces caseiros e granja;
	Paranacity	Prod. sabão vassoura (SETA)	
Oeste/Sudoeste	Sta. Izabel do Oeste	produção de vassoura e horta comunitária (SETA)	
	Toledo	Moinho colonial (SETA)	
	Assis Chateaubriand		Associação de Bóias-Frias
RMC	Piraquara	ASSOP-Construção Civil (movimento de desempregados; SETA)	
	Curitiba		Fábrica de manilha (Igreja)
Leste	Campo Tenente	Olaria (SETA)	

\*SETA - Secretaria de Trabalho e Ação Social (nova denominação da SETC)

Considerando-se que as informações obtidas através de fontes secundárias sobre as experiências comunitárias em questão são bastante imprecisas e incompletas,\* a pesquisa de campo servirá, de um lado, à produção de dados básicos relativos às experiências e seus participantes, e, de outro, à avaliação da motivação e expectativas dos participantes em relação às experiências. Portanto, a preocupação principal da pesquisa de campo se concentra no levantamento de dados que permitam:

- a) reconstruir a trajetória das experiências pesquisadas;
- b) delinear o perfil sócio-econômico dos participantes;
- c) apreender a motivação para a participação nesse tipo de empreendimento e expectativas atuais dos participantes com relação a experiências comunitárias.

Para isso, a pesquisa de campo deverá envolver dois tipos de procedimentos: aplicação de questionários e realização de entrevistas. A utilização de questionários possibilitará a obtenção e padronização de informações básicas referentes às experiências e aos participantes. Essa padronização é necessária para que seja possível a comparação de certos dados, como, por exemplo, a origem das atividades desenvolvidas; o número de participantes; a origem e aplicação dos recursos recebidos; os grupos, entidades e órgãos envolvidos, etc. Por outro lado, o questionário deverá constituir o principal instrumento para coleta de dados que permitam uma caracterização sócio-econômica da população envolvida em experiências comunitárias,

\*Ver análise do cadastro elaborado em IPARDES-FUNDAÇÃO ÉDISON VIEIRA. Avaliação de experiências..., v.2.



assim como para a obtenção de dados relativos ao processo de organização e instalação das experiências. Por sua vez, as entrevistas (a serem realizadas com base num roteiro preestabelecido) consistem no principal instrumento para obtenção de dados que escapam aos limites de um questionário, como motivação para a participação em experiências comunitárias, modos de inserção dos participantes nestas, considerações sobre o regime de trabalho e organização da produção, sobre a renda auferida e avaliação do desempenho da experiência. Nesse sentido, além de uma função específica, as entrevistas têm um papel complementar, à medida que através delas será possível um maior detalhamento das informações obtidas a partir do questionário.\* Além disso, para subsidiar a avaliação que se pretende realizar, outros informantes deverão ser entrevistados, tendo em vista a complementação dos dados obtidos junto aos participantes das experiências (entrevistas com funcionários municipais envolvidos em programas comunitários, membros de associações de moradores, sindicatos, etc.).

Considerando o caráter deste projeto - estudo em profundidade de dez casos - e a variação existente no que se refere ao número de participantes envolvidos; o volume de questionários e entrevistas a serem realizados deverá variar em função dessa diversidade e dos dados a serem obtidos numa primeira fase de pesquisa de campo, caracterizada pelo levantamento de dados relativos à situação atual das experiências selecionadas. A partir desse primeiro contato, será possível definir o número de questionários e entrevistas a serem realizados em cada caso.

A seguir, apresenta-se um roteiro dos tópicos que deverão orientar a formulação do questionário e roteiro de entrevista.

## PROCESSO DE INSTALAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DAS EXPERIÊNCIAS COMUNITARIAS

### Organização da Experiência:

- a) constituição da experiência;
- b) grupos, movimentos e entidades envolvidas e formas de participação;
- c) participantes recrutados (perfil profissional, faixa etária, sexo, etc.)
- d) formas de recrutamento dos participantes;
- e) atividade inicial da experiência;
- f) recursos demandados x recursos recebidos (origem, volume e aplicação);

### Dinâmica e Condições de Funcionamento da Experiência:

- a) forma de organização da atividade e regime de trabalho;
- b) volume médio de produção;
- c) processo de produção;
- d) inserção no mercado;
- e) formas de remuneração;
- f) rotatividade dos participantes;
- g) mudanças no quadro dos participantes;
- h) modificação no perfil inicial da atividade desenvolvida;

- i) forma de gerenciamento dos recursos e condições de reinvestimento;
- j) relações mantidas com instituições, entidades e grupos envolvidos.

#### QUALIFICAÇÃO DOS PARTICIPANTES

##### Caracterização Sócio-Econômica:

- a) levantamento de dados pessoais e da unidade familiar;
- b) migração e trajetória no mercado de trabalho;

##### Acesso e Participação em:

- a) programas governamentais e/ou filantrópicos voltados à população de baixa renda;
- b) outras atividades associativas e/ou sindicatos, partidos políticos, movimentos populares, etc.;

##### Participação em Experiências Comunitárias:

- a) participação do grupo familiar em experiências comunitárias;
- b) regime de trabalho;
- c) formas de remuneração;
- d) combinação com outras atividades e redes sociais mobilizadas para garantir a sobrevivência do grupo familiar.

## AVALIAÇÃO DAS EXPERIÊNCIAS PELOS PARTICIPANTES

Motivação e Expectativa Inicial

Dificuldades Enfrentadas

Avaliação da Experiência quanto à Forma de Organização da Produção, Regime de Trabalho, Remuneração e Resultados Alcançados, bem como quanto às Relações Estabelecidas entre os Participantes

Expectativas que os Participantes mantêm em Relação às Experiências

### 3 CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

Terminada a fase de levantamento de dados secundários sobre o universo a ser pesquisado,\* a etapa seguinte de trabalho deverá concentrar-se na pesquisa de campo. Para o mês de dezembro, está prevista a realização de pesquisa-piloto na Região Metropolitana de Curitiba. Os meses de janeiro, fevereiro e março deverão ser dedicados à pesquisa de campo propriamente dita.

Prevê-se para julho a versão preliminar do relatório final.

\*Esta primeira fase de trabalho envolveu: consulta bibliográfica; realização de entrevistas junto a órgãos governamentais e entidade, grupos e movimentos envolvidos com experiências comunitárias de trabalho e suplementação no Paraná entre 1983-84 e sobre as experiências comunitárias; participação de "Encontros de Agentes Comunitários"; elaboração de um cadastro, e visita prévia aos municípios onde se localizam as experiências selecionadas para investigação empírica.

## NOTAS DE REFERENCIA

<sup>1</sup> ALVES, Marcio Moreira. A força do povo: democracia participativa em Lages. São Paulo, Brasiliense, 1980.

<sup>2</sup> SOUZA, Herbert J. de. Município de Boa Esperança: participação popular e poder local. In: MOISÉS, Álvaro et alii. Alternativas populares da democracia: Brasil, anos 80. Petrópolis, Vozes; São Paulo, CEDEC, 1982. p.99-120.

<sup>3</sup> GENTILLI, Victor. Pelo fim da prática autoritária. Revista do Instituto Jones dos Santos Neves, Vitória, (4):27, out./dez.1985. Citado por OLIVEIRA, Sérgio M.F. de. Administração participativa: bases para definição. Revista de Administração Municipal, Rio de Janeiro, (181):45-58, out./dez.1986.

<sup>4</sup> FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Associações populares e agências governamentais: as relações do Estado com a economia dos pequenos. Belo Horizonte, 1985. 2v.

<sup>5</sup> FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, v.1, p.1.

<sup>6</sup> FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, v.1, p.1.

<sup>7</sup> FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, p.202.

<sup>8</sup> DAVID, Maurício Dias & SALOMÃO, Luiz Alfredo. Estratégias de combate ao desemprego: espaços para políticas criativas dos governos estaduais e municipais. Angra dos Reis, 1984. Trabalho apresentado ao 5<sup>o</sup> Simpósio Internacional Desemprego: Como Combatê-lo? Angra dos Reis, 13-16 set.1984.

<sup>9</sup> DAVID & SALOMÃO.

<sup>10</sup> HAGUETE, Teresa Maria Frota. Metodologias qualitativas na sociologia. Petrópolis, Vozes, 1987; AGUIAR, Neuma. Observação participante e survey: uma experiência de conjugação. In: NUNES, Edson de Oliveira, org. A aventura sociológica. Rio de Janeiro, Zahar, 1978. p.125-51; DURHAM, Eunice. A pesquisa antropológica em populações urbanas: problemas e perspectivas. In: CARDOSO, Ruth, org. A aventura antropológica: teoria e pesquisa. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986. p.17-37; BOSCHI, Renato R. & VALLADARES, Líria do Prado. Movimentos associativos de camadas populares urbanas: análise comparativa de seis casos. In: BOSCHI, Renato R., org. Movimentos coletivos no Brasil urbano. Rio de Janeiro, Zahar, 1983. p.103-43.